

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
**CAMPUS DE CACOAL**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**SUSANA FERNANDES DA SILVA**

**COOPERATIVISMO DE CRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE  
ORGANIZAÇÃO E CRESCIMENTO SOCIOECONÔMICO: UM  
ESTUDO DE CASO NA MEDICICREDI**

**Trabalho de Conclusão de Curso**  
**Artigo**

**Cacoal**  
**2008**

**SUSANA FERNANDES DA SILVA**

**COOPERATIVISMO DE CRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE  
ORGANIZAÇÃO E CRESCIMENTO SOCIOECONÔMICO: UM  
ESTUDO DE CASO NA MEDICICREDI**

**Artigo apresentado à Fundação Universidade  
Federal de Rondônia, *Campus* de Cacoal,  
como requisito parcial para obtenção do  
Título de Bacharel em Ciências Contábeis.**

**Orientador: Prof. Ms. Wellington Silva Porto**

**Cacoal  
2008**

# **COOPERATIVISMO DE CRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO E CRESCIMENTO SOCIOECONÔMICO: UM ESTUDO DE CASO NA MEDICICREDI**

**Por**

**SUSANA FERNANDES DA SILVA**

**Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, Curso de Ciências Contábeis, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, mediante a Banca Examinadora, formada por:**

---

**Presidente**

**Profº Ms. Wellington Silva Porto – Orientador/UNIR**

---

**Membro**

**Profa. Ms. Suzenir Aguiar da Silva Sato – UNIR**

---

**Membro**

**Profº Ms. Geraldo Luiz Francisco da Silva – UNIR**

**Cacoal  
2008**

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus queridos pais Valdir e Suely por terem recebido as bênçãos de Deus e me dado o dom da vida, e às minhas irmãs Waldirene, Vânia e Simony pelo amor incondicional, dedico-lhes essa conquista com imensa gratidão.

## **AGRADECIMENTO**

À DEUS, por tantas bênçãos concedidas, por dar forças para superar cada obstáculo e proteger o meu caminho;

Aos meus pais Valdir e Suely, agradeço imensamente por tanto amor oferecido, pela educação que me deram e, mesmo não tão perto, sempre me ofereceram todo incentivo e carinho, além de suportarem minha ausência;

Às minhas irmãs Waldirene, Vânia e Simony e meus lindos sobrinhos Diunior, Millena e Pedro, agradeço por fazerem parte de minha vida, por me darem tantas alegrias e serem pacientes por ter me ausentado tanto;

Ao meu namorado Ricardo, sou muito grata pelo amor, companheirismo e cumplicidade, e por ter suportado os meus “estresses”, lágrimas e ausências;

Ao meu querido padrinho Afonso, que mesmo distante, sei que está muito perto, pelas orações e carinho que tem por mim;

Aos meus amigos Leila, Ana Paula e Carlos, pela amizade construída, pelo companheirismo e carinho nos mais diversos momentos que dividimos nessa caminhada;

Ao professor Mestre Wellington Silva Porto, pela dedicação em despender seu tempo para me orientar, por ter paciência em sanar todas as dúvidas e um toque de humor para amenizar a ansiedade;

Aos professores e funcionários da UNIR Campus de Cacoal que sempre se dedicaram para nos oferecer o que há de melhor no ensino e por serem tão profissionais e amigos concomitantemente;

Aos colegas de turma, incansáveis guerreiros, os quais compartilhamos conhecimentos, alegrias e desalentos, agradeço por fazerem parte de minha vida por muitos dias, não os esquecerei.

## COOPERATIVISMO DE CRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO E CRESCIMENTO SOCIOECONÔMICO: UM ESTUDO DE CASO NA MEDICICREDI

Susana Fernandes da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa apresenta o cooperativismo de crédito como instrumento de organização e crescimento socioeconômico da localidade em que está presente. Nele, contempla com pesquisas bibliográficas, em livros, *sites*, periódicos e legislação específica, os conceitos, princípios, histórico, aspectos legais e importância social do cooperativismo de crédito. Desde sua criação, em 1848 no município de Flammersfeld, Alemanha, o cooperativismo de crédito guarda relação direta com a minimização do desequilíbrio da distribuição de renda e da alocação de riquezas, pois é estratégico para a democratização do crédito com a retenção e aplicação dos recursos no próprio município. Para confronto com a teoria apresentada, a pesquisa envolveu um estudo de caso na Cooperativa de Crédito Rural de Presidente Médici Ltda – MEDICICREDI, com investigação sobre a destinação dos fundos sociais, por meio de verificação nos relatórios de gestão fornecidos pelo conselho de administração, e, aplicação de questionário a uma amostra de 28,4% de cooperados, selecionada por conveniência, no período de abril de 2008, para constatação do que se propunha. Os resultados respondem positivamente ao que se questiona, concluindo que a cooperativa de crédito contribui com o desenvolvimento socioeconômico de onde está inserida, ressalvado que não no percentual esperado, pois ainda tem-se muito a incrementar em sua linha de trabalho para melhor contribuir.

**Palavras – Chave:** Cooperativismo. Crédito. Desenvolvimento Socioeconômico.

### INTRODUÇÃO

A sociedade vive diante de um ambiente socioeconômico complexo e desigual, em uma economia pautada pelo capitalismo, onde todos caminham para o individualismo exacerbado. Mas neste contexto ainda existem aqueles que estejam inquietos com os desajustes na sociedade e buscam as boas práticas do cooperativismo de crédito para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico de uma localidade, pois conseguem unir talentos e capitais para objetivos comuns e distribuem resultados de maneira muito mais justa que as empresas. Dentro da economia de mercado consegue trazer uma série de vantagens para todos os envolvidos, como ganhos de escala, maior participação nas decisões, além de estar embasado em uma filosofia com forte componente ético.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* de Cacoal – RO, 2008, sob a orientação do Professor Ms. Wellington Silva Porto.

As cooperativas de crédito são estratégicas para o fortalecimento da economia local, através da democratização do crédito, pois a retenção e aplicação dos recursos de poupança e renda permanecem no próprio município. Além disso, há o rateio de sobras no final de cada exercício que impulsionam os investimentos no município. Há também os Fundos Sociais, aplicados em benefício da região para projetos sociais e assistência técnica e educacional incrementando as responsabilidades sociais corporativas, contribuindo para o desenvolvimento e solução de problemas.

Este trabalho é uma contribuição àquelas pessoas que nunca ouviram falar de cooperativa de crédito, ou, se ouviram, não aguçaram a curiosidade por entender mais a fundo seu significado, objetivos, benefícios e origens. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo e exploratório, em obras literárias, artigos científicos e periódicos disponíveis impressos ou via internet, acerca do tema em questão. A pesquisa está delimitada em abordar sobre o cooperativismo de crédito como instrumento de organização e crescimento socioeconômico do município em que está inserido.

A pesquisa tem como objetivo geral, demonstrar que o cooperativismo de crédito é um instrumento de organização e crescimento socioeconômico do município. Atendendo aos objetivos específicos, buscou-se primeiramente descrever as bases conceituais acerca do cooperativismo de crédito, analisar os aspectos legais que o fundamentam e relacionar as formas de contribuição que as cooperativas podem e devem proporcionar no que se refere ao desenvolvimento socioeconômico de um município. Utiliza-se também de um estudo de caso na Cooperativa de Crédito Rural de Presidente Médici Ltda – MEDICICREDI, para comparação das teorias expostas com a prática encontrada.

A coleta de dados foi em duas etapas, sendo a primeira por meio de levantamento documental, com a investigação nos relatórios de gestão fornecidos pelo Conselho de Administração da MEDICICREDI, para verificação da destinação dada aos fundos sociais. A segunda foi a aplicação de questionário a uma amostra de cooperados para constatação se estes sentem benefícios na cooperativa de crédito e se visualizam contribuição dela ao desenvolvimento do município. Foi escolhida aplicação de questionário como técnica de pesquisa em função de deixar o colaborador mais a vontade e com mais tempo para dar suas respostas, pois o questionário foi deixado com ele e recolhido num segundo momento.

De um universo de 169 cooperados, sendo os cadastrados na matriz em Presidente Médici, contribuíram com a pesquisa 48 deles, selecionados por conveniência, por serem os de fácil acesso ao pesquisador, no período de abril de 2008, perfazendo uma amostra de 28,4% do universo.

O método de abordagem científica utilizado foi o indutivo, partindo da pesquisa sobre a contribuição que a MEDICICREDI proporciona para o município de Presidente Médici, para a constatação de que o Cooperativismo de Crédito é um instrumento de organização e crescimento socioeconômico local.

Esse trabalho justifica-se pela importância do cooperativismo para organização da sociedade. Existe a necessidade de desmistificar mais sobre o cooperativismo de crédito, por ser ainda pouco estudado e explorado, embora também seja área de atuação da contabilidade.

Diante da importância do assunto exposto, buscou-se elucidar a seguinte questão: de que forma uma Cooperativa de Crédito pode contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da localidade em que está inserida?

## **1 COOPERATIVISMO**

Para melhor compreensão sobre essa prática de organização dirigida pelos usuários de seus serviços em busca de benefícios e não lucro, firma-se primeiramente um embasamento conceitual, descrevendo sobre os princípios do Cooperativismo, suas tipologias, histórico, evolução no sistema financeiro e um paralelo entre as cooperativas e os bancos tradicionais.

### **1.1 Conceito**

Pela própria dificuldade de enfrentar o crescente nível de competitividade da sociedade, as pessoas procuram agrupar-se, pois assim suas atividades podem ser melhor desenvolvidas e operacionalizadas na busca de resultados comuns e compartilhados.

Dessa necessidade nasce o cooperativismo, que conforme Veiga e Fonseca (2001, p. 18), é “um sistema de idéias, valores e forma de organização da produção de bens e serviços e do consumo que reconhece as cooperativas como forma ideal de organização das atividades socioeconômicas”.

A forma cooperativa de atuação é tratada por Meinen, Domingues e Domingues (2002a, p. 12) como:

Um conjunto de ações simultâneas e integradas entre grupos de pessoas com um só propósito, notadamente de cunho econômico ou profissional (em diferentes campos da atividade humana), todavia, ausente do propósito lucrativo, com assento em valores como ajuda mútua, democracia, igualdade, equidade, honestidade, transparência, solidariedade e responsabilidade social.



Salienta-se, no entanto, que uma cooperativa não se insere entre as entidades beneficentes, ou de assistência social, mas tem a razão primeira de sua existência o interesse socioeconômico, propugnando pela obtenção dos melhores resultados materiais para o quadro social.

Pela sua abrangência e importância, destacam-se as recomendações extraídas da Assembléia Geral das Nações Unidas citadas por Meinen, Domingues e Domingues (2002a, p.13):

Reconhecendo que as Cooperativas, em suas distintas formas, estão passando a ser fator indispensável do desenvolvimento econômico e social de todos os países e promoverem a participação mais completa possível no processo de desenvolvimento de todos os grupos da população [...].

Portanto, a cooperativa é uma empresa de dupla natureza que contempla o lado econômico e o social de seus associados. Os cooperados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa. Eles contribuem equitativamente para a formação do capital necessário por meio da aquisição de quotas-partes e aceitam assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento, que é sem fins lucrativos, porém com fins econômicos que venham realizar objetivos comuns.

## **1.2 Princípios**

Os princípios do cooperativismo são as linhas orientadoras pelas quais as cooperativas levam à prática os seus valores. Os princípios promulgados pelos pioneiros de Rochdale, foram discutidos, reformulados, aperfeiçoados e a partir do XXXI Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, realizado em 1995 em Manchester, Inglaterra, passaram a ser universalmente os seguintes: 1- adesão voluntária e livre; 2- Gestão Democrática pelos membros; 3- Participação Econômica dos Membros; 4- Autonomia e Independência; 5- Educação, Formação e Informação; 6- Intercooperação; e 7- Interesse pela Comunidade (ETGETO et al., 2005, p. 10).

Estes princípios serviram de base à doutrina Cooperativista, e, pela sua ênfase nos aspectos das relações entre sócios e a satisfação de suas aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, faz com que as cooperativas se diferenciem substancialmente das empresas tradicionais. Estes aspectos destacam-se, em especial nos princípios 5º e 7º, conforme Menezes (2004, p. 138):

**Educação, formação e informação**

É objetivo permanente da cooperativa destinar ações e recursos para promover formações a seus associados, capacitando-os para a prática cooperativista e para o uso de equipamentos e técnicas no processo produtivo e comercial, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Ao mesmo tempo, buscam informar o público sobre as vantagens da cooperação organizada.

**Interesse pela comunidade**

As cooperativas trabalham para o bem-estar e o desenvolvimento sustentado de suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos seus membros, tal como a execução de programas sócio-culturais, realizados em parceria com o governo e outras entidades civis.

Desta maneira, verifica-se que os princípios são a essência do Cooperativismo, sobre a qual deve-se erguer os empreendimentos cooperativos. Se os valores e princípios não forem observados, é grave o risco de a cooperativa descaracterizar-se em si mesma e desviar-se de seus fins, porque terá perdido sua identidade.

**1.3 Tipologia de Cooperativas**

A cooperativa pode adotar qualquer gênero de serviço, operação ou atividade. Como exemplos, obtidos pelo Sebrae (2007), pode-se citar:

- a) Cooperativa agropecuária: reúne produtores rurais; seus serviços podem ser a compra em comum de insumos, a venda em comum da produção, a prestação de assistência técnica, armazenagem, industrialização, entre outros.
- b) Cooperativa de Consumo: reúne consumidores de bens de uso pessoal e doméstico (supermercado); seus serviços são a compra em comum destes bens.
- c) Cooperativa habitacional: reúne pessoas precisando de moradia; seus serviços consistem na aquisição de terreno e construção de casas ou prédios residenciais.
- d) Cooperativa de trabalho: reúne trabalhadores; seus serviços consistem em conseguir clientes para estes cooperados, fornecer capacitação e treinamento técnico, entre outros.
- e) Cooperativa de produção: reúne operários de uma fábrica; seus serviços consistem em coordenar o funcionamento da fábrica.
- f) Cooperativa educacional: reúne pais de alunos; a Cooperativa é mantenedora de uma escola, cujos alunos são filhos dos cooperados.
- g) Cooperativa de serviços: reúne pessoas com a necessidade de alguns serviços como eletrificação e telefonia rurais, saneamento básico, etc.
- h) Cooperativa de saúde: reúne profissionais ou usuários de saúde.
- i) Cooperativa especial: é uma alternativa de organização para índios e pessoas com alguma deficiência física ou mental, que conservam sua capacidade produtiva.
- j) Cooperativa de Crédito: reúne a poupança das pessoas, oferecendo crédito e valorizando as aplicações financeiras dos cooperados.

Pode-se apropriar que o cooperativismo pode estar presente em diversos seguimentos sociais. No entanto, para compreensão do assunto abordado neste trabalho, atenção especial será despendida para o cooperativismo de crédito, foco deste estudo de caso.

#### **1.4 Cooperativas de Crédito**

Quando um grupo de pessoas constitui uma cooperativa de crédito, o objetivo é prestar assistência creditícia e prestação de serviços de natureza bancária a seus associados com condições mais favoráveis, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da localidade em que está inserida.

Pinheiro (2007, p. 7) define cooperativas de crédito como:

Instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objetivo a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor.

A cooperativa é caracterizada também por possuir uma dupla natureza, sendo ao mesmo tempo uma empresa, que deve estar voltada para o mercado financeiro com redes de negócios cooperativos, e uma entidade social, a serviço de seus associados e da comunidade, com projetos que viabilizem uma ordem econômica e social.

É importante ressaltar que:

Uma Cooperativa de Crédito não é um negócio financeiro ordinário, buscando enriquecer seus membros às expensas do público em geral. Nem é uma empresa de empréstimos, buscando fazer lucro às expensas dos infortunados [...]. A Cooperativa de Crédito não é nada desse tipo; é a expressão no campo da economia de um ideal social elevado. (DESJARDINS, *apud* BERGENGREN, 2001, p. 19).

Nesse sentido, verifica-se que o movimento das cooperativas de crédito com relação à poupança, crédito e educação, trouxe naturalmente o desenvolvimento de um quarto serviço: ideais do cooperativismo de crédito no pensamento econômico e social.

#### **1.5 Cooperativismo de Crédito no Mundo**

A história do cooperativismo guarda relação direta com o desequilíbrio da distribuição de renda e da alocação de riquezas, assim, inúmeras formas de cooperação entre os homens foram experimentadas desde a antiguidade. De acordo com Pinheiro (2007, p. 25), o

cooperativismo moderno “iniciou-se em 1844, na cidade inglesa de Rochdale, quando 28 tecelões fundaram uma cooperativa de consumo para ter acesso a alimentos mais baratos pela compra direta junto ao produtor, eliminando a figura do intermediador”.

A primeira cooperativa de crédito se formou poucos anos depois, quando agricultores do município de Flammersfeld, Alemanha, elegeram a via cooperativada para pôr fim à agiotagem que imperava na região, razão da hipoteca de suas propriedades e benfeitorias e da penhora de seus animais. Liderados por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, servidor público e filho de agricultores, os pequenos produtores, em 1848, através da criação de associação de auto-ajuda (*Associação de Amparo aos Agricultores sem Recurso*, também batizada de “Caixa Rural”), resolveram reagir a ações espertas de um comerciante de gado local, que, em retribuição à cedência de vacas de leite, cobrava, documentalmente, novilhas do rebanho, impondo juros e amortizações muito além da capacidade de solvência dos agricultores. A solução, na prática, consistia em reunir as economias de produtores mais abastados e com elas atender às perspectivas do ganho abusivo (MEINEN, DOMINGUES e DOMINGUES 2002b, p. 11).

As cooperativas fundadas por Raiffeisen, tipicamente rurais, tinham como principais características, conforme Pinheiro (2007, p.25), “responsabilidade ilimitada e solidária dos associados, a singularidade de votos dos sócios, independentemente do número de quotas-partes, a área de atuação restrita, a ausência de capital social e a não distribuição das sobras, excedentes ou dividendos”.

Seguindo a cronologia do desenvolvimento do cooperativismo no mundo, Meinen, Domingues e Domingues (2002b, p.12) relatam que dois anos após a concretização do ideário raiffeiseniano, em cenário rural, o advogado alemão Herman Schulze, seguindo idêntica perspectiva, todavia em contexto urbano e com uma noção mais empresarial, liderou, a partir da fundação da *Caixa de Socorro* na cidade de Delitzsch, Alemanha, a criação das *Cooperativas de Crédito Urbanas*. Pouco tempo depois, em 1865, como desdobramento da obra dos precursores alemães, e em adaptação às peculiaridades econômico-sociais de então, o veneziano Luigi Luzzatti, na cidade de Milão, Itália, funda o *Banco Popular (Volksbank)*, voltado para a população urbana, cuja iniciativa registra o surgimento do primeiro Banco Cooperativo da história.

Nas Américas, segundo Pinheiro (2007, p. 25), “o jornalista Alphonse Desjardins idealizou a constituição de uma cooperativa com características distintas, embora inspiradas nos modelos preconizados por Raiffeisen, Schulze e Luzzatti”. A primeira cooperativa formada foi na província canadense de Quebec, em 6 de dezembro de 1900, por Desjardins, a

quem é atribuída a seguinte sentença, célebre por traduzir a singularidade do movimento: “*causa nunca a ser esquecida, esta associação de crédito é acima de tudo uma associação de pessoas, não de dólares*”.

Verifica-se que, com o tempo, as adesões ao cooperativismo de crédito (no início vinculadas essencialmente ao fator “preço”) passaram a ser adicionalmente estimuladas pelo inadequado tratamento dispensado aos clientes das instituições financeiras tradicionais, como atendimento, condições formais para acesso a crédito e outras operações etc.

Além do Canadá e Estados Unidos, em solo americano as cooperativas de crédito são ainda atuantes em vários outros países, como México, Guatemala, Honduras, El Salvador, República Dominicana, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai e Argentina. Atualmente, (atendidos por trinta e sete mil cooperativas), cento e doze milhões de pessoas (cooperativados), em noventa países de diferentes continentes, motivados por múltiplas razões, buscam no Cooperativismo de Crédito – seja no campo ou na cidade, em países prósperos ou subdesenvolvidos – a resposta para as suas demandas de crédito e serviços financeiros em geral (MEINEN, DOMINGUES e DOMINGUES 2002b, p. 13).

## 1.6 Cooperativismo de Crédito no Brasil

No Brasil, como na Europa, a presença das cooperativas de crédito tem a ver com situação econômico-social adversa. De acordo com Meinen, Domingues e Domingues (2002b, p. 14), influenciado pelas graves dificuldades financeiras vividas pelos colonos da região, o Padre (jesuíta) suíço Theodor Amstad, inspirado no modelo *Raiffeisen*, e sob os mesmos princípios, criou, na localidade de Linha Imperial, município de Nova Petrópolis RS, a primeira cooperativa de crédito brasileira, batizada, pelos cooperativados – fundadores, de *Caixa de Economia e Empréstimos Amstad*. Essa Cooperativa continua em pleno funcionamento até hoje (SICREDI PIONEIRA), estando entre as maiores do país.

Logo depois, em 1906, no município de Lajeado RS, o Pe, Amstad ainda liderava a constituição da primeira cooperativa de crédito do tipo *Luzzatti*, com livre associação, denominada *Caixa de Poupança e Empréstimos*.

Tendo se multiplicado fortemente por todo o país nas décadas seguintes, com apoio em legislação moderna e flexível, as cooperativas de crédito, no ano de 1925 em Assembléia na cidade de Santa Maria com sede em Porto Alegre, conceberam a primeira Central brasileira do ramo (*Central das Caixas Rurais da União Popular do Estado do Rio Grande do Sul, Sociedade de Responsabilidade Limitada*), que figurava entre os principais agentes de financiamento da atividade rural, concedendo crédito farto, até mesmo para a aquisição de

terras. E assim o movimento foi tendo êxito e se expandindo pelo país, em especial na região Sul (MEINEN, DOMINGUES e DOMINGUES 2002b, p. 15).

Mas o cooperativismo de crédito não teve apenas trajetória promissora, pois

[...] começou a sofrer forte revés por volta de 1965, quando em razão da reformulação da legislação bancária, na qual fortemente prestigiados os bancos oficiais como instrumentos canalizadores de recursos para o campo, os órgãos de normatização e de controle decidiram restringir sobremaneira o aspecto societário e operacional das cooperativas.

Já no início dos anos oitenta, tendo em vista a acentuada diminuição do volume de recursos oficiais destinados ao financiamento da atividade rural, e com o aumento do quadro inflacionário, abriu-se nova possibilidade para o movimento. Foi aí que, no Rio Grande do Sul, liderado por Mário Krueh Guimarães, o cooperativismo de crédito, como que “ressurgindo das cinzas”, recompôs-se na forma de modelo sistêmico integrado, sob abalizados preceitos de gestão, reagrupando nove das treze cooperativas *Raiffeisen* sobreviventes, as quais passaram a ser coordenadas por uma nova e remodelada central estadual (*Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul Ltda*, fundada em 27 de outubro de 1980), a primeira dos novos tempos, da nova era do cooperativismo de crédito brasileiro (MEINEN, DOMINGUES e DOMINGUES 2002b, p. 16).

O sistema cooperativo de crédito no Brasil se encontrava estruturado em março de 2007, conforme Pinheiro (2007, p. 13), com dois bancos cooperativos, sendo um múltiplo e outro comercial, quatro confederações, uma federação, 37 cooperativas centrais e 1.422 cooperativas singulares, com 3.798 pontos de atendimento, somando mais de três milhões de associados.

Pode-se observar, desde a década de 50, entre as cooperativas de crédito que efetivamente estavam registradas nos órgãos oficiais do governo<sup>2</sup>, a seguinte evolução do sistema:

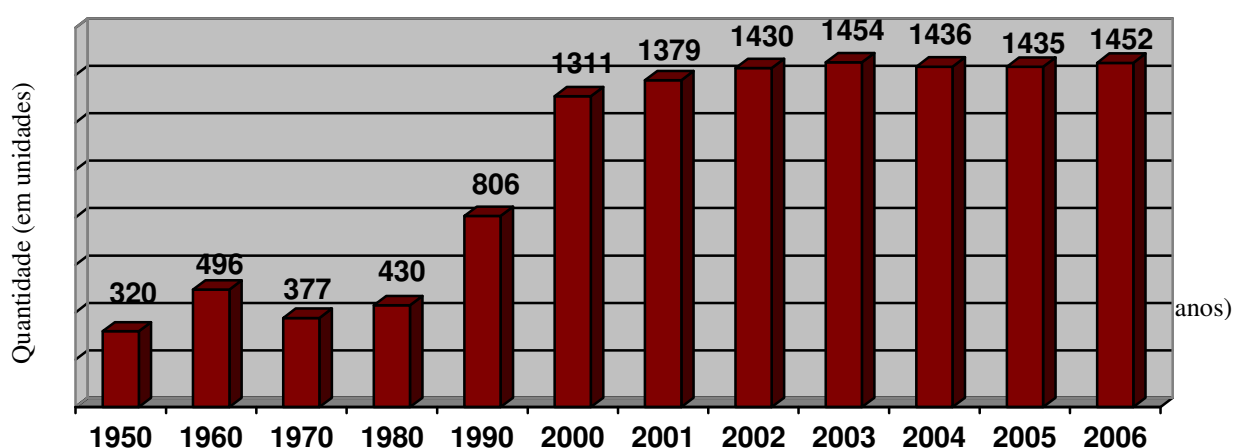


Figura 1 – Evolução das Cooperativas de Crédito no Brasil

Fonte: Pinheiro (2007, p.13)

<sup>2</sup> Dados da Secretaria de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, até 1960, e do Banco Central do Brasil até os dias atuais.

Esses dados de evolução vêm confirmar o crescimento do cooperativismo de crédito no Brasil, que vem se tornando cada vez mais presente no Sistema Financeiro Nacional.

### 1.7 Representatividade do Cooperativismo de Crédito no Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional é o conjunto de Instituições que atuam no sentido de propiciar um fluxo de recursos adequados entre poupadores e investidores. É composto por diversas instituições, sejam elas financeiras monetárias (que podem criar moeda bancária escritural), financeiras auxiliares (somente intermediam operações entre poupadores e investidores) e instituições não financeiras, mas que participam do mercado financeiro (BITTENCOURT, 2001 apud FETAGRO, 2006).

Ao contrário das cooperativas de crédito, as demais entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN) apresentam redução do número de instituições, conforme Pinheiro (2007, p. 14), como se observa na figura 2 a seguir:

Em unidades													
Tipo	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Banco Múltiplo	210	205	194	180	174	169	164	153	143	141	139	138	137
Banco Comercial <sup>3</sup>	34	35	38	36	28	25	28	28	23	23	24	22	21
Banco de desenvolvimento	6	6	6	6	6	5	5	4	4	4	4	4	4
Caixa Econômica	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1
Banco de Investimento	17	17	23	22	22	21	19	20	23	21	21	20	18
Sociedade de CFI <sup>4</sup>	42	43	48	49	44	42	43	42	46	47	46	50	51
Sociedades Corretora de TVM <sup>5</sup>	240	227	219	202	194	193	187	177	161	147	139	133	116
Sociedade Corretora de Câmbio	47	48	39	37	39	39	41	43	42	43	47	45	48
Sociedade Distribuidora de TVM	376	333	283	238	210	190	177	159	151	146	138	134	133
Soc. de Arrendamento Mercantil	77	80	75	80	83	81	78	72	65	58	51	45	41
SCI <sup>6</sup> e APE	27	23	22	22	21	19	18	18	18	18	18	18	18
Companhia Hipotecária	-	-	3	3	4	6	7	7	6	6	6	6	6
Agência de Fomento	-	-	-	-	3	5	8	9	10	11	12	12	12
<b>1º Sub-total</b>	<b>1.078</b>	<b>1.019</b>	<b>952</b>	<b>877</b>	<b>830</b>	<b>796</b>	<b>776</b>	<b>733</b>	<b>693</b>	<b>666</b>	<b>646</b>	<b>628</b>	<b>606</b>
<b>Cooperativismo de Crédito</b>	<b>946</b>	<b>980</b>	<b>1.018</b>	<b>1.120</b>	<b>1.198</b>	<b>1.253</b>	<b>1.311</b>	<b>1.379</b>	<b>1.430</b>	<b>1.454</b>	<b>1.436</b>	<b>1.439</b>	<b>1.452</b>
SCM <sup>7</sup>	-	-	-	-	-	4	11	23	37	49	51	55	56
<b>2º Sub-total</b>	<b>2.024</b>	<b>1.999</b>	<b>1.970</b>	<b>1.997</b>	<b>2.028</b>	<b>2.053</b>	<b>2.098</b>	<b>2.135</b>	<b>2.160</b>	<b>2.169</b>	<b>2.133</b>	<b>2.122</b>	<b>2.114</b>
Administradora de Consórcio	490	462	446	433	422	406	407	399	376	365	364	342	333
<b>Total</b>	<b>2.514</b>	<b>2.461</b>	<b>2.416</b>	<b>2.430</b>	<b>2.450</b>	<b>2.459</b>	<b>2.505</b>	<b>2.534</b>	<b>2.536</b>	<b>2.534</b>	<b>2.497</b>	<b>2.464</b>	<b>2.447</b>

Figura 2 – Entidades Integrantes no Sistema Financeiro Nacional

Fonte: Pinheiro (2007, p.14)

<sup>3</sup> Inclui as filiais de bancos estrangeiros.

<sup>4</sup> Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, também conhecidas como “financeiras”.

<sup>5</sup> Títulos e Valores Mobiliários.

<sup>6</sup> Inclui as Sociedades de Crédito Imobiliário Repassadoras que não podem captar recursos do público. De 1993 a 2004 somaram-se duas Associações de Poupança e Empréstimos.

<sup>7</sup> Em out/99 foi constituída a primeira Sociedade de Crédito ao Micro empreendedor (SCM), nos termos da Resolução 2.627 de 2 de agosto de 1999.

Embora as cooperativas de crédito ocupem pequeno espaço no SFN, tanto no que se refere às operações de crédito como ao patrimônio líquido, o segmento apresenta expressivo crescimento, não apenas em volume, mas também em percentual de participação na área bancária do SFN conforme figuras 3 e 4 a seguir:

Instituição do segmento bancário	Em percentual										
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez
Bcos Públicos (+ Caixas Estaduais)	23,48	10,30	8,86	8,13	5,12	3,09	4,78	4,51	4,41	4,05	4,53
Banco do Brasil	10,62	10,97	12,05	10,58	10,95	14,53	16,17	20,36	19,36	18,46	24,42
Caixa Econômica Federal	23,99	30,93	32,31	28,74	23,00	7,13	7,61	7,86	7,48	8,01	9,88
Bcos Privados Nacionais	31,87	35,35	30,97	31,66	34,53	42,13	39,73	41,31	41,33	40,84	27,49
Bcos com Controle Estrangeiro	9,51	11,71	14,88	19,75	25,16	31,51	29,94	23,82	25,12	26,37	30,92
<b>Cooperativas de Crédito</b>	<b>0,53</b>	<b>0,74</b>	<b>0,93</b>	<b>1,14</b>	<b>1,24</b>	<b>1,61</b>	<b>1,77</b>	<b>2,14</b>	<b>2,30</b>	<b>2,27</b>	<b>2,75</b>
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Figura 3 – Distribuição do total de operações de crédito na área bancária do Sistema Financeiro

Fonte: Relatório de Evolução do SFN (2007)

Instituição do segmento bancário	Em percentual										
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez
Bancos Públicos (+ Caixas Estaduais)	12,40	11,49	11,35	11,10	5,66	3,46	4,60	4,33	4,66	4,74	4,74
Banco do Brasil	11,86	11,76	10,03	9,73	9,89	8,76	7,77	8,28	8,69	9,30	10,54
Caixa Econômica Federal	8,85	9,09	5,42	5,22	3,82	3,90	3,91	3,92	4,11	4,39	4,66
Bancos Privados Nacionais	54,21	51,82	49,75	46,69	50,33	51,14	48,66	53,17	52,89	54,15	55,11
Bancos com Controle Estrangeiro	11,41	14,29	21,86	25,46	28,31	30,72	32,89	28,06	27,09	24,56	21,78
<b>Cooperativas de Crédito</b>	<b>1,27</b>	<b>1,55</b>	<b>1,59</b>	<b>1,80</b>	<b>1,99</b>	<b>2,02</b>	<b>2,17</b>	<b>2,24</b>	<b>2,56</b>	<b>2,86</b>	<b>3,16</b>
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Figura 4 - Distribuição do total do Patrimônio Líquido da área bancária do sistema financeiro

Fonte: Relatório de Evolução do SFN (2007)

Esses dados demonstram uma evolução positiva, o segmento cooperativista só tem crescido nos anos apresentados. Esse crescimento é organizado, conforme dados extraídos de Pinheiro (2007 p. 15), em três grandes sistemas principais: Sicredi, Sicoob e Unicredi. Conforme registrado no Cadastro do Banco Central, o sistema Sicredi é composto pela confederação Sicredi Serviços, pelo Banco Cooperativo Bansicredi, por cinco centrais e 131 singulares. O Sicoob é composto pela confederação Sicoob Brasil, pelo banco cooperativo Bancoob, por quatorze centrais e por 647 singulares. O sistema Unicredi é composto pela confederação Unicredi do Brasil, por nove centrais e por 139 singulares. As duas centrais Cresol, a Ecosol, a central Crehnor, mais alguns pequenos sistemas não – organizados em



centrais (Creditag, Ascoob e Integrar) constituíram em 2004, uma associação de cooperativas de crédito para os representar, a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária (Ancosol), que reúne 188 singulares filiadas, no entanto, não chega a se constituir em um sistema nos moldes dos citados anteriormente.

### 1.9 Distinções entre Cooperativas de Crédito e Bancos

As Cooperativas de crédito podem ser equiparadas a bancos, embora lhes seja vedado ter em seu nome a palavra banco, consoante dispõe o art. 5º, parágrafo único, da Lei 5.764/71. Além da circunstância de serem autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, têm em comum com o sistema bancário tradicional apenas o nome de alguns produtos que oferecem e de alguns serviços que prestam. E isso em razão da unidade da fonte normativa. Sendo assim, são tidas como instituições financeiras por equiparação, no entanto, têm entre si enormes diferenças.

Conforme Meinen, Domingues e Domingues, (2007b, p. 16), seguem na figura 5, algumas dessas diferenças:

<b>Bancos</b>	<b>Cooperativas de Crédito</b>
São sociedades de capital	São sociedades de pessoas
O poder é exercido na proporção do número de ações	O voto tem peso igual para todos (uma pessoa, um voto)
As deliberações são concentradas	As decisões são partilhadas entre muitos
O administrador é um 3º (homem do mercado)	O administrador é do meio (Cooperativado)
O usuário das operações é mero cliente	O usuário é o próprio dono (Cooperativado)
O usuário não exerce qualquer influência na definição do preço dos produtos	Toda política operacional é decidida pelos próprios usuários/donos (Cooperativados)
Podem tratar distintamente cada usuário	Não podem distinguir: o que vale para um, vale para todos (Art. 37 da Lei 5.764/71)
Preferem o grande poupador e as maiores corporações priorizam os grandes centros	Não discriminam, voltando-se mais para os menos abastados; não restringem, tendo forte atuação nas comunidades mais remotas
Têm propósitos mercantilistas	A mercancia não é cogitada (Art. 79, parágrafo único da Lei 5.764/71)
A remuneração das operações e dos serviços não tem parâmetro/limite	O preço das operações e dos serviços visa à cobertura de custos (taxa de administração)
Atendem em massa, priorizando, ademais, o auto-serviço/ a automação	O relacionamento é personalizado/individual, com o apoio da informática
Não têm vínculo com a comunidade e o público –alvo avança pela competição	Estão comprometidas com as comunidades e os usuários desenvolvem-se pela cooperação
Visam ao lucro por excelência	O lucro está fora do seu objetivo (Art. 3º da Lei 5.764/71)
O resultado é de poucos donos (nada é dividido com os clientes)	O excedente (sobras) é distribuído entre todos (usuários), na proporção das operações individuais, reduzindo ainda mais o preço final pago pelos cooperativados.
No plano societário, são regulados pela Lei das Sociedades Anônimas	São regulados pela Lei Cooperativista

Figura 5 - Diferenças entre Bancos e Cooperativas de Crédito

Fonte: MEINEN, DOMINGUES e DOMINGUES, (2007b)

Tem-se em conta universalmente que, na comparação com os bancos, os serviços da cooperativa de crédito são mais baratos, mais ágeis e democráticos, sob regulamento que os próprios cooperados decidirem internamente. Mas, claro, seguindo as linhas normativas dispostas pelo Banco Central do Brasil. A rede bancária convencional não facilita negócios para todas as pessoas, principalmente na concessão de crédito e na abertura de pequenas contas. A cooperativa contrapõe-se a essas amarras. Como afirma Menezes (2004, p. 25), “é a chamada democratização do serviço bancário.”

Nesse cenário sobressai a importância da cooperativa de crédito para servir a seus membros. Elas também buscam tecnologia para racionalizar as operações, remuneram os recursos captados, cobram taxa de juro sobre os empréstimos, mas sempre de olhos voltados para um ponto de equilíbrio indispensável a fim de garantir justiça e satisfação ao quadro social.

## **2 ASPECTOS LEGAIS DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO**

Até o advento da Constituição Federal de 1988, conforme Menezes (2004, p. 28) “era o estado quem ditava o rumo para o Cooperativismo em geral. Exercia sobre as cooperativas uma espécie de tutela, elas não tinham plena liberdade para nascer.” Mas este contexto mudou e o cooperativismo de crédito passou a ser fundamentado legalmente por Leis criadas especificamente para sua autogestão, conforme apontadas a seguir num estudo sobre sua natureza jurídica.

### **2.1 Natureza Jurídica**

As cooperativas de crédito são amparadas pela Lei n.º 4.595 de 31 de dezembro de 1964, que equipara as cooperativas de crédito às demais instituições financeiras e transfere ao Banco Central do Brasil as atribuições cometidas por lei ao Ministério da Agricultura, no que concerne à autorização de funcionamento e fiscalização de cooperativas de crédito de qualquer tipo e da seção de crédito das cooperativas que a tenham; e, pela Lei n.º 5.764 de 16 de dezembro de 1971, conhecida como a Lei do cooperativismo, que define a Política Nacional de Cooperativismo, e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.

Destaca-se o que dispõe os Arts. 3º e 4º da Lei 5.764/71 onde faz-se saber que:

Art. 3.º Celebram contrato de Sociedade Cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades.

Quatro importantes atributos podem ser observados no texto transcrito, quais são:

- a) sociedades de pessoas;
- b) natureza jurídica própria;
- c) natureza civil; e
- d) prestação de serviços aos associados.

### 2.1.1 Sociedade de Pessoas

Conforme Polônio (2004, p. 39) “nas sociedades de pessoas, o elemento principal é a pessoa de seus sócios que é colocado em primeiro plano a sua capacidade operacional. O inter-relacionamento pessoal, ou seja, a afinidade entre eles”. Ele acredita ser útil essa classificação anotando que “o critério de distinção das sociedades de pessoas ou de capital é útil, na medida em que traz relevantes consequências para a equação dos interesses dos sócios”.

Ainda sobre sociedade de pessoas, Polônio (2004, p.39) conceitua que a, “sociedade cooperativa pode ser tomada como uma sociedade genuinamente de pessoas, e nem precisaria de lei para classificá-la como tal, uma vez que tem como fundamento a solidariedade, a igualdade e a comunhão de interesses dos associados”.

### 2.1.2 Natureza Jurídica Própria e natureza civil

Natureza jurídica próprias, de natureza civil. Segundo Polônio (2004, p. 39), esse atributo impõe à cooperativa duas naturezas diferentes, ou seja, “de natureza civil” e “natureza jurídica própria”. Implica, segundo ele num grave erro cometido pelo legislador, descomplica ao dizer que, “num gesto de compreensão à ‘leiguice’ do legislador, preferimos entender que a primeira expressão, referindo-se a natureza jurídica própria, quer significar a espécie do gênero ‘natureza civil’”, finaliza.

### 2.1.3 Prestação de Serviços aos Associados

Esse atributo das sociedades cooperativas coloca-as em evidências e as diferencia dos demais tipos societários. Conforme os termos da Lei: “constituídas para prestar serviços aos associados”, quer significar que a distribuição de bens e serviços ao mercado são operações realizadas pela cooperativa em nome dos associados.

Além dessas Leis, as cooperativas são regulamentadas por diversas resoluções e circulares do Banco Central do Brasil, as quais enfatiza-se a Resolução 3.442 de 28 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para o funcionamento de cooperativa de crédito. De acordo com Pinheiro (2007, p. 63) essa resolução traz como principais avanços normativos, a possibilidade de transformação de cooperativas de crédito em livre admissão em áreas de ação com até um milhão e quinhentos mil habitantes, entre outros dispositivos regulamentares que aperfeiçoa o relacionamento das cooperativas singulares.

## 3 IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

A criação de sociedades cooperativas nasceu a partir da crise industrial, afetando diversos setores da sociedade, dentre outros, o meio social da época. Daí a necessidade de uma sociedade mais justa e social, que pudesse oferecer aos seus cidadãos uma vida mais justa, sem a exploração e a miséria humana tão presente naquelas sociedades de então. Objetivavam esses movimentos melhorar o estado doméstico e social daquela gente, oferecendo-lhes oportunidades como, a venda de comestíveis, roupas, etc. Ajudavam-se mutuamente, aqueles que desejavam construir suas casas, dar àqueles desocupados ou seus membros cujo trabalho não recebia a devida remuneração a oportunidade de cultivar seus próprios alimentos (SANTOS, 2007, p. 05).

Diante de todos esses aspectos, destaca-se o que comenta Piccoli (*apud* SANTOS, 2007, p. 06):

Infere-se que as cooperativas são sociedades de pessoas, dedicadas à ajuda mútua e que adaptaram, desde sua criação, o princípio de que o homem deve ser amigo do homem, segundo, sociologicamente, a lei da colaboração e não a lei da competitividade. Os princípios cooperativos, pois, não se baseiam na caridade, mas na ajuda mútua econômica, através da criação de empresas prestadoras de serviços pelos próprios necessitados, podendo fazê-los através da união como outros.

Essa característica é também prevista na Lei 5.764/71, art. 28, inciso II e seus parágrafos 1º e 2º, onde prevê que:

Art. 28. As cooperativas são obrigadas a constituir:  
 II - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.  
 § 1º Além dos previstos neste artigo, a Assembléia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.  
 § 2º Os serviços a serem atendidos pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas e privadas.

Salienta-se, no entanto, que a importância socioeconômica das cooperativas de crédito não é somente em virtude de cumprimento de Lei, mas, está presente em sua razão de existir, como afirma a revista CrediSIS & Negócios (2008, p.05), que “de caráter participativo e democrático, as cooperativas se credenciam como parceiras na construção de soluções para toda a sociedade. Cidadãs e socialmente responsáveis, elas contribuem diretamente para a melhoria da qualidade de vida nas regiões onde estão estabelecidas.” E ainda que “o sucesso financeiro das cooperativas só faz sentido realmente quando se torna agente do desenvolvimento econômico e de melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade.”

CrediSIS & Negócios (2008, p.03) cita que essas ações de importância socioeconômica, podem ser: “promoção do desenvolvimento com geração de empregos, qualificação de novos profissionais, inclusão social e projetos auto-sustentáveis.”

De maneira específica, o Sebrae (2008), relaciona como vantagens das cooperativas de crédito:

- a) A cooperativa pode ser dirigida e controlada pelos próprios associados. O associado pode participar do planejamento da cooperativa.
- b) Retenção e aplicação dos recursos de poupança e renda no próprio município, contribuindo com o desenvolvimento local.
- c) Acesso de pequenos empreendedores ao crédito, poupança e outros serviços bancários. As operações bancárias de pequeno porte podem constituir-se como objeto das cooperativas de crédito, enquanto que, nos bancos convencionais, não estão entre seus principais objetivos.
- d) Menor custo operacional em relação aos bancos.
- e) Crédito imediato e adequado às condições dos associados (valor, carência, amortização etc.).
- f) Atendimento personalizado.
- g) Facilidade na abertura de contas.
- h) Oportunidade de maior rendimento nas aplicações financeiras.
- i) Possibilidade dos associados se beneficiarem da distribuição de sobras ou excedentes. No caso dos bancos, por exemplo, esses excedentes vão para seus acionistas como lucro.

E de maneira geral o cooperativismo apresenta vantagens apontadas por Veiga e Fonseca (2001, p. 59):

- a) aumenta a produtividade do trabalho através da organização da produção, da divisão do trabalho e da racionalização do uso dos meios de produção e do processo de trabalho;
- b) consegue condições de crédito e prazos maiores;
- c) elimina os intermediários, já que quantias maiores permitem a busca em mercados diretos e a venda de alguns produtos;
- d) permite a maior diversificação das atividades produtivas;
- e) reduz a dependência e os riscos do pequeno;
- f) matema as pessoas integradas a um grupo, tornando-as mais fortes para enfrentar as dificuldades econômicas e sociais da pobreza;
- g) cria e fortalece laços de amizade e solidariedade social;
- h) há a quebra do individualismo, da solidão social, do isolamento;
- i) aumenta o nível dos conhecimentos, de participação social e de possibilidades de participação em organizações de toda a sociedade.
- j) facilita a consciência da cidadania;
- l) aumenta o poder de resistência do grupo;
- m) aumenta a possibilidade de o grupo influir em políticas comunitárias e municipais.

Em visão bem ampla, o objeto de toda cooperativa é a soma de dois projetos: o social e o econômico. No lado social, desejam os cooperados que as cooperativas lhes favoreçam uma vida digna – educação, saúde, habitação, qualificação profissional, cidadania. O lado econômico do projeto mais diz respeito a trabalho e renda, para sustentação do projeto social. O sucesso no projeto econômico é que garante o sucesso do projeto social. E serão os próprios membros da cooperativa os responsáveis por esta autogestão.

## **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NA PESQUISA**

Os resultados obtidos na pesquisa realizada na Cooperativa Medicicredi com o objetivo de demonstrar que o Cooperativismo de crédito é um instrumento de organização e crescimento socioeconômico local, foram analisados conforme segue.

### **4.1 Breve histórico da entidade**

A Cooperativa de Crédito Rural de Presidente Médici Ltda – MEDICICREDI, tem sua sede situada na Avenida Sete de Setembro, nº 1455, Centro da cidade de Presidente Médici RO. Constituiu-se em Assembléia Geral de Constituição em 30 de novembro de 2002, com o objetivo de proporcionar assistência financeira aos cooperados, com a finalidade de fomentar a produtividade local, além de prestar serviços e realizar outras atividades inerentes à sua condição de cooperativa de crédito. Iniciou suas atividades em 30 de abril de 2003, depois de

estar devidamente regulamentada nos órgãos competentes e ter homologação dada pelo Banco Central.

No ato de sua constituição era um grupo de 22 pessoas que acreditavam nessa idéia e sentiam a necessidade de uma cooperativa de crédito no município de Presidente Médici, haja vista não existir nenhuma outra. Em 30 de maio de 2008, o quadro social estava formado por 240 cooperados, sendo 169 cadastrado na matriz em Presidente Médici, os quais foram universo do estudo de caso realizado, e 71 cadastrados no Posto de Atendimento instalado no município de Alvorada do Oeste – RO, que não fizeram parte da população da pesquisa, em virtude da distância e falta de locomoção para acesso aos mesmos.

#### **4.2 Resultados obtidos na pesquisa**

Para atender aos objetivos propostos por este trabalho, investigou-se num primeiro momento, qual tem sido a destinação dos Fundos Sociais, por meio de levantamento documental, nos relatórios de gestão dos anos de 2003 a 2007, fornecidos pelo Conselho de Administração da cooperativa, instituição objeto deste estudo de caso.

Constatou-se que a Assembléia destina o FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – para:

- a) Treinamento de pessoal nas áreas de gerência, contabilidade, tesouraria, crédito, caixa e atendimento ao público;
- b) Incentivo ao ingresso e permanência dos funcionários ao ensino superior com pagamento parcial da faculdade; e
- c) Participação continuada em eventos para a educação cooperativista, como convenções, seminários, debates e palestras a nível regional e nacional.

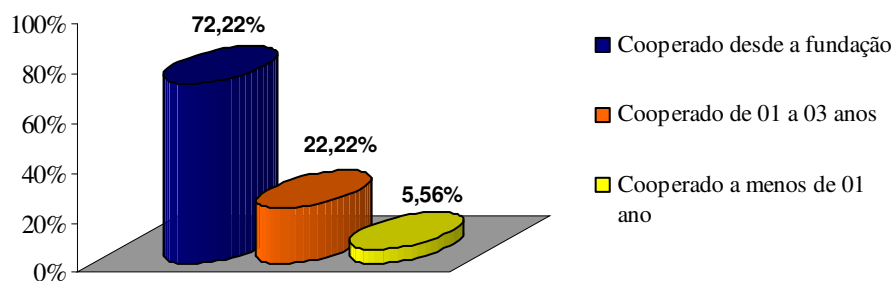
A Assembléia Geral criou também o FOS – Fundo para Obras Sociais – com destinação voltada à assistência as entidades sociais, como:

- a) Doação de computadores, peças para viatura e combustível para a Polícia Militar de Presidente Médici;
- b) Doação de computadores para a Polícia Civil de Presidente Médici;
- c) Doação de uma ambulância para a Secretaria de Saúde da Prefeitura de Presidente Médici;
- d) Doação de cadeiras de rodas, muletas e bengalas para Associação dos deficientes físicos de Presidente Médici;

- e) Doação de computador completo com impressora, reforma das instalações, pagamento de multas e acompanhamento de outras necessidades da APAE de Presidente Médici;
- f) Ajuda financeira para AMPREME – Associação Produtores Rurais de Presidente Médici e para a construção da sede da Associação Comercial e Industrial de Presidente Médici;
- g) Doações diversas, como pagamento de exames laboratoriais e pequenos bens às escolas do município;
- h) Contribuição para a realização de projetos regionais, como a festa do Maracujá; e
- i) Aquisição de uma sede campestre para proporcionar lazer e diversão saudável aos seus cooperados.

Num segundo momento, foi aplicado questionário a uma amostra de cooperados a fim de verificar a contribuição da Medicicredi para o desenvolvimento do município de Presidente Médici. Após a coleta dos dados os resultados foram tabulados e posteriormente analisados.

Inicialmente procurou-se saber há quanto tempo o cooperado, participante da pesquisa, está na Medicicredi. Tal questionamento teve a finalidade de revelar o grau de conhecimento e respaldo que os cooperados têm com relação às respostas seguintes, determinando qual o percentual que tem acompanhado as ações da Medicicredi desde a sua fundação em 2002. Da amostra, 72,22% são cooperados desde a fundação, 22,22% se tornaram cooperados de 01 a 03 anos atrás e apenas 5,56% se tornaram cooperados a menos de 01 ano, conforme figura 6 a seguir:



---

Figura 6 – Tempo dos cooperados na Medicicredi  
Fonte: Elaborada pela Autora



Nesse sentido, percebe-se que a grande maioria dos cooperados que responderam à pesquisa, tem respaldo para opinar sobre as contribuições socioeconômicas da Medicicredi, desde a sua fundação.

Em relação ao **motivo principal** (grifo nosso) que os levaram a se tornar cooperados da mesma, obteve-se o resultado apresentado na figura 7:

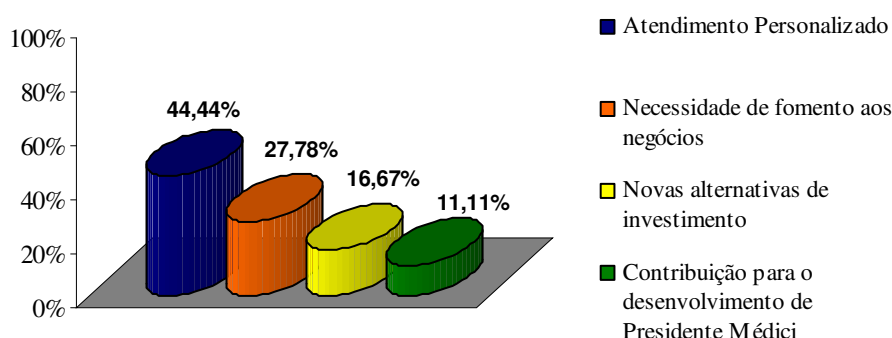


Figura 7 - Motivo Principal para se tornar cooperado da Medicicredi

Fonte: Elaborada pela Autora

Verifica-se nesse questionamento, que os cooperados buscam na cooperativa de crédito um diferencial não oferecido pelos Bancos tradicionais. Dos questionados, 44,44% se tornaram cooperados pelo atendimento personalizado oferecido, os demais também buscavam um diferencial da cooperativa de crédito, como fomento aos negócios, nova alternativa de investimento e a possibilidade de contribuição para o desenvolvimento de Presidente Médici. Entretanto, nota-se que os participantes da pesquisa não tiveram como motivação principal o desenvolvimento da sociedade em que estão inseridos, e que estes visualizam prioritariamente o interesse próprio. Apenas 11,11% se tornaram cooperados visualizando a contribuição para o desenvolvimento de Presidente Médici. A maioria tinha o pensamento voltado para o individualismo, ou seja, ser atendido de maneira diferenciada. Nesse aspecto o interesse individual prevalece em relação ao interesse coletivo.

No terceiro questionamento, indagou-se se essa forma de cooperativismo trouxe benefícios aos cooperados e, no caso de resposta positiva, o questionamento passou a ser aberto a fim de que os cooperados pudessem expor esses benefícios. Verificou-se 22,22% de

respostas negativas, este percentual de cooperados considera que não tiveram benefícios. Já 77,78% responderam positivamente, conforme figura 8 a seguir:

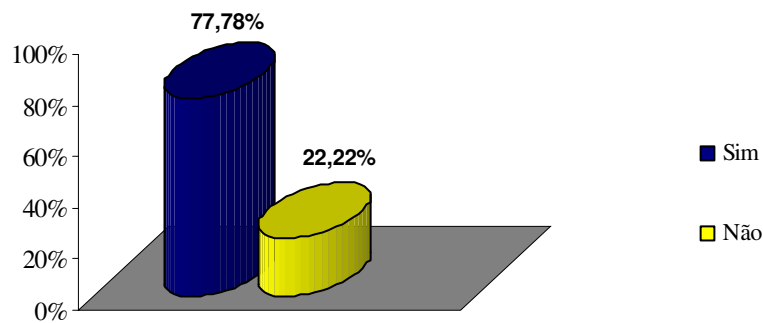


Figura 8 – Percentual de cooperados que consideram que o cooperativismo de crédito trouxe benefícios  
Fonte: Elaborada pela Autora

Nesse aspecto, podem surgir indagações sobre se realmente não houve benefício algum a esse percentual que responderam “não”. Ou, se os próprios cooperados não são participativos, ou são cooperados inativos. Ou ainda, se na visão dos 22,22%, a cooperativa pode ter se desviado da política própria do cooperativismo, de democratização das ações e dos resultados, o que não os permite apontar benefícios.

Por outro lado, 77,78% consideram beneficiados de alguma forma pelo cooperativismo de crédito. Destes, 100% relacionam que a participação nas sobras obtidas no final de cada exercício já é um grande benefício, pois esse dinheiro permanece no próprio município, entre os associados, ajudando a viabilizar negócios para a cidade impulsionando seu crescimento. Além da participação nas sobras e a permanência dos recursos na cidade, foram apontados outros benefícios, como: crédito facilitado com menores taxas e juros, e atendimento diferenciado, com agilidade e menos burocracia.

Seguindo essa linha de questionamento, perguntou-se se a Medicicredi tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico da cidade, e como é possível perceber isso. As opiniões

foram sintetizadas nas figuras 9 e 10:

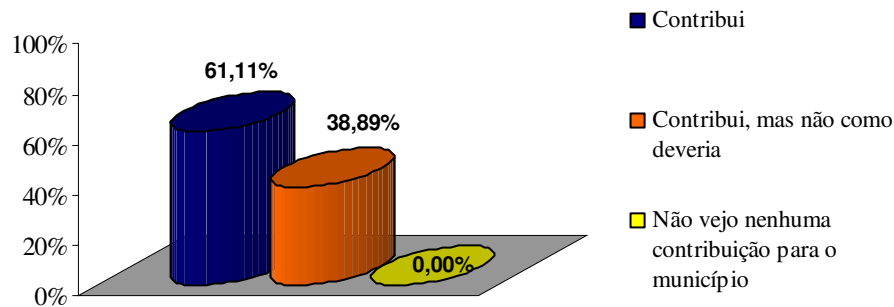


Figura 9 – Cooperados que consideram que a Medicicredi contribui para o desenvolvimento socioeconômico da cidade

Fonte: Elaborada pela Autora

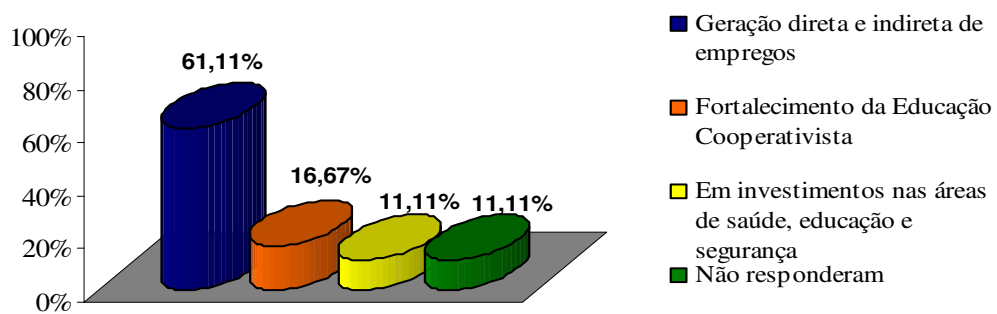


Figura 10 – Áreas de contribuição da Medicicredi

Fonte: Elaborada pela Autora

Todos os cooperados da amostra consideram que a Cooperativa de Crédito Medicicredi contribui para o desenvolvimento socioeconômico da cidade. Na figura 10, verifica-se essa contribuição, para a maioria dos questionados, na geração direta e indireta de empregos, para 16,67% na educação cooperativista, para 11,11% nos investimentos em áreas sociais e 11,11% não responderam. No entanto, analisando a figura 9, um percentual muito significativo de 38,89%, responderam que essa contribuição não ocorre como deveria. Contata-se aí que pode estar ocorrendo alguma falha no que concerne à razão de ser do cooperativismo de crédito em Presidente Médici, talvez por sua estrutura ainda ser pequena ou por diversos outros motivos não questionados nesta pesquisa, ficando a critério de uma investigação futura.

Nos dois últimos questionamentos, perguntou-se se os cooperados têm conhecimento da destinação dada aos fundos sociais FATES e FOS, e se estes estão gerando desenvolvimento onde foram investidos. Apenas 5,56% responderam não ter conhecimento sobre tal destinação, enquanto 94,44% afirmam saber pra onde vão as reservas dos fundos sociais. Quanto ao último questionamento, 66,67% responderam que o FATES e FOS contribuem para o desenvolvimento de onde foram empregados, mas 33,33% afirmam que os investimentos só geram desenvolvimento no momento da doação, pois não há um acompanhamento contínuo, o que desperta mais uma vez, para um alerta e revisão dos métodos de trabalho adotados pela cooperativa.

Analisando os resultados obtidos, verifica-se que a Cooperativa de Crédito Rural de Presidente Médici contribui para o desenvolvimento socioeconômico de Presidente Médici conforme afirmado pela maioria dos questionados. Essa contribuição é notada na geração direta ou indireta de empregos, no fortalecimento da educação cooperativista e na destinação dos fundos sociais para áreas de educação, saúde e segurança votada em Assembléia Geral.

Salienta-se, no entanto, que essa contribuição não ocorre como deveria, pois a motivação principal dos cooperados em ingressar na cooperativa é o pensamento individualista de ser atendido de maneira especial, sem burocracia, e não a visão voltada para a comunidade. Em confronto com a teoria exposta, esse pensamento pode estar distanciando a cooperativa do cumprimento dos princípios do Cooperativismo, como o do *Interesse pela comunidade*.

A fim de que se possa aprofundar o tema, recomendam-se novos estudos sobre os aspectos negativos de uma cooperativa trabalhar sem seguir os princípios Cooperativistas em suas linhas de ações. Recomenda-se ainda um estudo sobre o Ato Cooperativo, que devido sua extensão e a necessidade de um estudo minucioso não foi abordado nesta pesquisa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A vista de todo o exposto neste artigo, pode-se concluir que as cooperativas são sociedades de pessoas, possuem forma e natureza jurídicas próprias, de natureza civil, que exercem atividades de natureza econômica, com objetivo principal melhorar as condições de seus associados e da comunidade em que estão inseridos.

O cooperativismo de crédito é um diferencial na região em que está inserido, pois tem princípios que são as linhas orientadoras para levar à prática os seus valores. Relacionados ao

assunto exposto, os princípios da *educação, formação e informação* dos cooperados, e *Interesse pela comunidade* embasam a importância socioeconômica do cooperativismo de crédito. Deve existir capacitação para a prática cooperativista e para o uso de equipamentos e técnicas no processo produtivo e comercial. As cooperativas devem trabalhar para o bem-estar e o desenvolvimento sustentado de suas comunidades, através de execução de programas sócio-culturais e de outras políticas aprovadas pelos seus membros.

A cooperativa ainda democratiza o crédito, oferece muitas vantagens em relação aos bancos tradicionais, como taxa de juros menores, rendimentos maiores e atendimento personalizado, além de distribuir as sobras no final do exercício, o que impulsiona a economia do município com esse dinheiro reaplicado no próprio município.

Quanto aos objetivos, todos foram alcançados, uma vez que se relacionaram as bases conceituais e legais acerca do cooperativismo de crédito, assim como as formas de contribuição de uma cooperativa de crédito para o quadro social, e apresentou-se a pesquisa direcionada à Cooperativa de Crédito Rural de Presidente Médici Ltda, com os resultados e análise sobre a importância socioeconômica da mesma.

A aplicação dos princípios do cooperativismo é fundamental desde a fundação da cooperativa, pois são eles a linha norteadora das ações que devem ser adotadas pela cooperativa. Uma cooperativa que trabalha sem a observação dos princípios, irá se descaracterizar em si mesma e perder o ideal do trabalho coletivo de todos para todos. É necessário o seguimento dos princípios para que a cooperativa com certeza contribua com a sociedade sem se tornar um cooperativismo capitalista.

## REFERÊNCIAS

BERGENGREN, Roy Frederick. **Cruzada:** a história das cooperativas de crédito na América do Norte. Brasília: Cooperforte, 2001.

BRASIL. Lei n.º 5.764 de 16 de Dezembro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L5764.htm>, Acesso em 17 Ago. 2007.

ETGETO, Anderson Augusto et al. **Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil.** Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais, v.2, n. 1, 2005.

FETAGRO. **Cooperativismo de crédito:** Conceitos de Implementação. Fetagro, Cartilha 1: 2006.

MEINEN, Ênio. DOMINGUES, Jefferson Nercolini (org) e DOMINGUES, Jane Aparecida Stefanés. **Aspectos jurídicos do cooperativismo.** Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2002a.

MEINEN, Ênio. DOMINGUES, Jefferson Nercolini (org) e DOMINGUES, Jane Aparecida Stefanes. **Cooperativas de Crédito no Direito Brasileiro**. 2 Ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2002b.

MENEZES, Antônio. **Cooperativa de crédito: o que é e quais seus benefícios**. Brasília: Stilo, 2004.

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de Crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 5 ed. Brasília: BCB, 2007.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das Sociedades Cooperativas**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

**Relatório de Evolução do SFN**, disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/r200612/quadro13.asp?idpai=REVSFN200612>, e em <http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/r200612/quadro16.asp?idpai=REVSFN200612>, Acesso em 19 Out. 2007.

RESPONSABILIDADE Social quando o lucro é de todos. **CrediSIS & Negócios**. Ji-Paraná, jan/mar 2008, Ano 3, n.º 10.

SANTOS, João Lemes dos. **A participação de sociedades cooperativas em licitações públicas**. Artigo Acadêmico. UNIR, Cacoal: 2007.

SEBRAE. **Cooperativas de Crédito: O que é, como funciona e como aproveitar os benefícios desse sistema**. Sebrae: Abr 2004.

SEBRAE. **Tipos**. Disponível em:

[http://www.sebrae.com.br/br/parasuaempresa/tiposdenegocios\\_830.asp](http://www.sebrae.com.br/br/parasuaempresa/tiposdenegocios_830.asp) Acesso realizado em 17 Ago 2007.

SEBRAE. **Objetivos e vantagens do cooperativismo de crédito**. Disponível em:

<http://www.uasf.sebrae.com.br/uasfareas/uasfcooperativismo/coop04>, acesso em 04 de março de 2008.

VEIGA, Sandra Mayrink. FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A – Questionário aos cooperados da Medicicredi sobre a contribuição desta  
ao município de Presidente Médici**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA-UNIR  
CAMPUS DE CACOAL  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Você está contribuindo com uma pesquisa, que busca investigar a contribuição da MEDICICREDI para o desenvolvimento socioeconômico da região onde está inserida, com objetivo de demonstrar que o Cooperativismo de Crédito é um instrumento de organização e crescimento socioeconômico regional. Este é um subsídio para a finalização do Artigo de Conclusão de Curso apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* de Cacoal – RO, pela graduanda Susana Fernandes da Silva, sob a orientação do Professor Ms. Wellington Silva Porto.

**COOPERATIVISMO DE CRÉDITO  
QUESTIONÁRIO**

1- A quanto tempo é cooperado da MEDICICREDI?

- ( ) A menos de 01 ano
- ( ) De 01 a 03 anos
- ( ) Desde sua fundação no ano de 2003.

2- Qual o **motivo principal** que o levou a se tornar cooperado da mesma?

- ( ) Nova alternativa de investimento
  - ( ) Necessidade de fomento (crescimento, incentivo) aos negócios
  - ( ) Atendimento Personalizado (Diferenciado)
  - ( ) Alternativa de Instituição financeira com preocupação voltada aos cidadãos.
  - ( ) Poder contribuir para o desenvolvimento da cidade de Presidente Médici
  - ( ) Outro \_\_\_\_\_
- 

3- Essa forma de cooperativismo o trouxe benefícios? ( Em caso de resposta positiva, relacionara quais são esses benefícios)

- ( ) Não
- ( ) Sim. Quais benefícios? \_\_\_\_\_



---

---

4- A MEDICICREDI tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico da cidade Presidente Médici?

- ☐ Contribui
- ☐ Contribui, mas não como deveria.
- ☐ Não vejo nenhuma contribuição para o município.

5 - Caso ela contribua, como você percebe isso?

- ☐ Na geração direta e indireta de empregos
  - ☐ Na geração de impostos
  - ☐ No fortalecimento da educação cooperativista
  - ☐ Em investimentos na área de educação, saúde
  - ☐ Outro \_\_\_\_\_
- 
- 

6- Você tem conhecimento sobre a destinação que tem sido dada aos Fundos Sociais (Como o FATES – Fundo de Assistência Técnica e Educacional, e o FOS – Fundo para obras sociais) ?

- ☐ Tenho conhecimento
- ☐ Não tenho conhecimento
- ☐ Não sabia da existência desses fundos sociais.

7 – Os investimentos feitos, estão gerando desenvolvimento onde foram investidos?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Somente no momento da doação, pois não há um acompanhamento.